

DO PRINCÍPIO DA REALIDADE AO DA POSSIBILIDADE

From the Reality Principle towards the Possibility One

Maria Alfreda Cruz e Tereza Ventura

Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa

Resumo

Do princípio da realidade ao da possibilidade

A questão de partida desta comunicação é a de que, abrangendo a inclusão de uma cultura de cidadania nos Programas da Educação Formal necessitamos de promover práticas focalizadas numa estratégia de aprendizagem ao longo da vida na Sociedade e nas suas comunidades, o que inclui investir:

I – Uma dimensão formativa da aprendizagem baseada num paradigma de sociabilidade educacional que sirva de referência ao conceito de cidadania cognitiva e à sua exploração através da metodologia de investigação-acção.

II - Um processo de participação baseado em práticas inovadoras de qualificação da população para a cidadania activa

III – Uma *framework* societária na criação de conexões entre as diversas instituições e organizações, com base no conceito de cidadania cognitiva, no funcionamento em rede e na cultura de aprendizagem ao longo da vida.

Estas mudanças implicam o equilíbrio apropriado entre o Aparelho de Estado e a autonomia institucional na prossecução dos objectivos sociais das comunidades:

1. Inovando processos que visem a emergência da Sociedade do Conhecimento:

- a) nas Políticas da Ciência e das directivas de Formação ao Longo da Vida
- b) na promoção dos sistemas de Cidadania e de Capital Social

2. Definindo as Políticas Públicas numa perspectiva poliárquica:

- a) no Planeamento Territorialmente Integrado
- b) na promoção da Cidadania e Direitos Humanos
- c) na Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

A aplicabilidade da Estratégia de Lisboa surge neste contexto através de um projecto-piloto inovando metodologias e avaliação de sistemas destinados a cursos de formação em exercício e à concepção de referenciais de informação de génese local.

Palavras-chave: Cidadão; cidadania-social; capital social; contrato social; conhecimento; sociedade do conhecimento

Abstract

From the Reality Principle towards the Possibility One

The starting point of this Communication is that before inclusion of Citizenship Culture in Teacher Education Programmes, we need to promote practices focused in a strategy of long life learning into the societies and their communities.

This includes:

I: A formative dimension to a practicable apprenticeship method based on a paradigm of educational sociability that can refer to the cognitive citizenship concept and its exploration by action-research.

II: A participation process through collective and innovative actions towards people's qualifying to the active citizenship.

III: The establishment of a society framework that encourages the creation of connections among diverse institutions and organizations, focused on the concept of cognitive citizenship, networks and long life apprenticing culture.

Their challenges imply the appropriate balance between the governmental steering and institutional autonomy in the pursuit of the communities' social goals development go

1. Changing Processes with regard to the emergence of Knowledge Society

- a). Science Policies and of long life Executive Directors Formation
- b) Citizenship and Social Capital promotion systems

2. Definition of Public Service Policies in a poliarchic perspective

- a) Integrated Territory Planning
- b) Citizenship and Social Rights promotion policies
- c) Environmental Education for Sustainable Development

“The application of Lisbon Strategy appears as the broad context with *a* pilot project, training methodology and evaluation system for training course and training referential concepts of information ecology

Keywords: Citizen, Social Citizenship, Social Capital, Social Contract, Knowledge; Knowledge Society

DO PRINCÍPIO DA REALIDADE AO DA POSSIBILIDADE

Introdução

As autoras enquanto investigadoras integradas no Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, dirigem o Projecto de I&D denominado Cidadania & Sociedade do Conhecimento que se insere na Linha Programática Institucional da Ciência, Ética e Política. A I&D em tal contexto, parte da abordagem dos conceitos abertos de Cidadão, Cidadania Social, Capital Social, Contrato Social, Conhecimento e Sociedade do Conhecimento para operacionalizar, no domínio das práticas em teste nos âmbitos da educação/formação, informação e comunicação, os de sistemas e redes em que os seres humanos se sociabilizam.

A questão de partida é a de que a montante da inclusão das valências da cultura de Cidadania nos Programas Curriculares da Educação Formal, é indispensável que a sociedade e as suas comunidades adoptem práticas concentradas numa estratégia de aprendizagem ao longo da vida transversais a todos os domínios do quotidiano, incluindo os domínios formais e informais da educação e da formação. A estratégia enquanto assumida pelos cidadãos inscreve-se nos projectos de vida que os torne sujeitos da *res publica* em que se inserem e remete esta para o reconhecimento de um Projecto de Sociedade que exprima o direito positivo à Cidadania.

Este pressuposto implica uma *framework* societária que encoraje a criação de conexões entre instituições e organizações focalizadas na perspectiva da cidadania cognitiva, seja no contexto da sua implantação territorial, seja no território web, onde as comunidades emergem do atomismo das práticas da sua apropriação para a exploração dos seus caminhos virtuais.

A inovação de procedimentos educacionais com vista à Sociedade do Conhecimento implica a definição de serviço público na perspectiva poliárquica, no âmbito da qual os poderes públicos promovam procedimentos de interpretação e avaliação de impactes das decisões que interfiram no quotidiano, a partir da criação de uma rede de observatórios do cidadão desenvolvida à medida em que a cidadania se qualifique e se extensifique enquanto activa e inclusiva. Esta Comunicação disponibiliza à observação e discussão do auditório¹ o protótipo de Observatório do Cidadão (www.cidadania-social.net) promovido pela Equipa C&SC com vista à sintonia de procedimentos com os desideratos da Sociedade do Conhecimento, o que coloca questões de investigação complexas que centram as problemáticas das Ciências Sociais e da Educação em *framework* dos processos iterativos e interactivos da conversão dos modos de conhecimento que interagem na apreensão do quotidiano. Por isso o Protótipo se equaciona e desenvolve em paralelo com um projecto-piloto adequado ao desenvolvimento metodológico de um Programa Learn provido de um sistema de formação de mediadores de educação informal em registo de *empowerment* com perfis e fundamentos que chamem à requalificação, em cada local, a bolsa de recursos humanos acreditada para tal efeito pela parceria responsável pela incubação do Projecto.

PARTE I

1. Historial genético do Projecto e Função que nele assume o Protótipo do Observatório do Cidadão

A referida Equipa, em que se integra(ra)m também Elisabete Oliveira e João Lopes Alves, afectos a dimensões abrangentes a retomar em futura fase de cruzeiro do Observatório, por ora ainda em lançamento, assumiu autonomamente a concepção e montagem deste no contexto do Projecto apresentado pelo CFCUL, em Setembro de 2006, à FCT no domínio das Ciências Políticas, com a designação de Promoção do Capital Social na Sociedade do Conhecimento. A proposta plasmada no Formulário contava então com 3 consultorias externas, especializadas no âmbito das Políticas do Ensino Superior, Políticas Sociais e Desenvolvimento Sustentávelⁱⁱ, e duas parcerias com o CFCUL constituídas pela Universidade Autónoma de Lisboa – dado o seu envolvimento em Pós-graduações EQUAL entre 2004 e 2006ⁱⁱⁱ invocadas no Estado da Arte da problemática - e pela Câmara Municipal de Montijo – dado o seu envolvimento em actividades de cosmopolitismo sociocultural e cívico^{iv} que a vocacionou para, desde logo, assumir o desiderato de vir a constituir-se como entidade de incubação da experiência piloto identificada no desenvolvimento do conjunto de etapas e tarefas descritoras da metodologia de investigação-acção inerente ao Projecto .

Um ano volvido sobre a apresentação deste à FCT, o respectivo júri considerou que o caminho original que expressamente lhe reconheceu não se encontrava metodologicamente explicitado de modo a justificar a atribuição do financiamento pretendido. Entre a hipótese a) - de apresentarmos recurso susceptível de fazer vencimento pela demonstração de como a metodologia de um proposta desta natureza não se compagina com a formatação de um formulário ajustado a outros perfis proposicionais - e a hipótese b) - de avançarmos com uma das dimensões do Projecto susceptível de demonstrar a pertinência deste no âmbito das Ciências Políticas -, foi esta a adoptada pela Equipa, que conseqüentemente assumiu a produção e a experiencição do Observatório do Cidadão como core do Projecto de Promoção do Capital Social, no qual se filia.

Nesta perspectiva, o Centro de Filosofia das Ciências e a Câmara Municipal de Montijo equacionaram no 3º trimestre de 2007 a Parceria que produziu o Observatório, com base numa ergonomia de meios financeiros e institucionais a que aderiu a Fundação da Faculdade de Ciências, de molde a permitir o desenvolvimento do trajecto cujos resultados e perspectivas nos propusemos enunciar sumariamente no presente evento, deixando em aberto o diálogo que intentamos lançar presencialmente e desenvolver virtualmente com o Auditório a partir da difusão desta sinopse, sendo também nossa intenção alargar a discussão aos restantes Convidados que, por limitações insuperáveis de Agenda, não puderam estar presentes nesta Sessão de Lançamento

2. Pressupostos, Estratégia e Linhas Gerais do Observatório

2.1. Pressupostos e hipótese de partida

Com suporte na processologia a que se reporta o Anexo 1, relevam-se os pressupostos de que:

- uma cultura de cidadania extensiva, activa e inclusiva que oponha a democracia à violência, apela à iniciativa e à criatividade do Estado e à constituição de partenariados adequados à implementação de serviço público dinamizador da conscientização do bem comum;
- uma tal cultura decorre da adesão social à subestimação da violência em face do alargamento das potenciais vantagens da participação cidadã *na res publica*, através do envolvimento dos cidadãos em todas as escalas da democracia poliárquica do país, a começar pela do bairro até à da globalização, passando pela metapolis em que o primeiro se enquadra;
- este propósito cumpre objectivos relacionais e de autodesenvolvimento individual nos vários contextos comunitários em que a sociabilidade possa ser assumida e a estratégia de promoção de tais objectivos passa pela equação de um protótipo de sítio assumido como laboratório de uma metodologia de investigação-acção erigida em estudo de caso aberto nesse sentido à observação interventiva dos cidadãos.

A experienciação do modo como a referida observação potencia a implicação da Cidadania na Sociedade do Conhecimento recorre ao mapeamento dos conceitos-chave da Cidadania Social _ Capital Social _ Coesão Social com suporte nas praxis que resultem da dialógica C&SC, cuja produtividade social, política, científica e filosófica constitui a hipótese de partida de todo o Projecto-âncora do Observatório.

A estratégia suporta-se na localização dos Observatórios do Cidadão nos Sítios de Cidadania Locais do país de cuja rede virá a emergir o Observatório da Cidadania, enquanto produto da integração dos *ouputs* da rede dos referidos Sítios de Cidadania locais.

A referida localização dos Observatórios do Cidadão nos Sítios de Cidadania Locais é porém o que de momento está em questão. Esta exprime-se na própria estrutura da Plataforma Informática que serve de base ao enlace dos dois conceitos, cujas linhas gerais passamos a enunciar com base no argumentário fundador do projecto que constitui um dos recursos básicos do sítio:

<http://cidadania-social.net/website/livros/livros/e-book1.pdf>

<http://cidadania-social.net/website/livros/livros/e-book2.pdf>

<http://cidadania-social.net/website/livros/livros/e-book3.pdf>

2.2 Linhas gerais do Sítio de Cidadania Local

No âmbito da perspectiva inerente à supracitada processologia, o Observatório do Cidadão ocupa uma posição chave, mas nem tudo se passa no território *Web*, onde o

estamos a lançar. O Sítio Local de Cidadania a que se encontra vinculado o Observatório correspondente terá de estruturar-se para o abranger através da promoção das valências identificadas através do bloco semântico RECCRIA_PROMOVE_RESISTE referentes a “ Rede de Cidadania Criadora de Inclusão Activa”_ “Promoção de Vida Educativa”_ Rede do Sistema de Trabalho e Emprego” integradas no mod(él) da ergonomia do Sítio^v.

Uma tal finalidade implica a necessidade de políticas de mediação interventivas nas redes sociais e institucionais vigentes no Concelho, de modo a que as suas praxis sejam potenciadas, tomando por norte os desideratos de cada uma dessas valências. O modelo das interacções possíveis da experiência piloto coloca o acento tónico no capital humano da mediação que chamará ao terreno especialistas dos vários domínios técnicos e científicos implicados na estratégia de investigação-acção que terão a cargo, bem como outros recursos humanos orientados para o apoio à procura de informação e ao tratamento da que resultar da iniciativa dos cidadãos, visando a transformação de ambas em conhecimento acessível a todos os utilizadores do sítio.

A emergência das praxis de *empowerment* da rede RECCRIA reporta-se assim à ponderação das problemáticas transversais aos vários domínios em que se joga o quotidiano de todos e de cada um dos cidadãos e a metodologia de suporte decorre da criação e contextualização de bases de dados explicitadoras dos *outputs* das redes sociais e institucionais que, integrando o capital social do território, possam estimular a consolidação social da Cidadania Activa e Inclusiva.

Enquanto ponderação, as praxis passam pela valência PROMOVE, inerente aos modos de colocar a informação na perspectiva dos observadores que, para isso, poderão recorrer aos recursos formativos e cognitivos reunidos nas dimensões presencial e virtual do sítio. O Observatório é o seu instrumento chave. Ele assume a importância da observação no desenvolvimento das funções cognitivas da consciência individual do sujeito, posto em relação com os outros componentes dos grupos de pertença e de eleição, tendo por base o fortalecimento da respectiva Coesão Social e por norte o estímulo exigível às políticas públicas de uma estratégia consequente de promoção do Capital Social

Por aqui passa também a valência RESISTE. O sistema de trabalho e emprego passa cada vez mais por imperativos que se exceptuam da escala territorial de intervenção nas dinâmicas económicas que lhes estão na base, mas o conhecimento das condições locais na extrapolação das escalas abrangentes das economias nacional e transnacionais, sempre em articulação com a perspectiva educacional da formação ao longo da vida, comporta a equação de janelas de oportunidade num quadro de exigência crítica aberta à capacidade de ponderação de riscos, seja nas actividades implementadas no terreno, seja nas possibilidades de emergência de novas actividades. Opções calculadas no âmbito de uma criatividade intuicionista capaz de valorizar o mercado social de emprego e a constituição de iniciativas microempresariais ou de associativismo cooperativo, com acesso ao sistema de microcrédito sempre que se imponha a salvaguarda de riscos inerentes a financiamentos de outra escala, deverão recorrer a instrumentos testados na elaboração de planos de negócios, quando esta for a tipologia da iniciativa. Opções de trabalho e de emprego de outro recorte e jaez apelam naturalmente a perspectivas de política laboral transcendentais à escala local, mas sempre ponderadas em termos de tendências sedimentadas ou emergentes e dos correspondentes mod(él)os de

desenvolvimento local. Da coexistência destes naipes de opções decorre o ambiente económico-social que constitui o lastro do quotidiano em que se geram as vivências locais e os contornos da sua evolução no âmbito da Sociedade do Conhecimento.

Em síntese:

Promover o mod(él)o RECCRIA_PROMOVE_RESISTE, enquanto conceito e modo de consecução passa designadamente por :

- difundir os supracitados pressupostos e a estratégia do seu incentivo a partir dum protótipo de sítio na dupla valência presencial e virtual, o que comporta que a experiência piloto assumida pela Câmara Municipal de Montijo possa vir a ser replicável em todos os sítios que optem por assumir as mesmas valências e praxis, com a geometria variável resultante da variabilidade das circunstâncias em que estas últimas, caso a caso, se concretizem
- identificar um nível de base comum à incorporação dos *outputs* derivados dos vários Observatórios do Cidadão de modo a que, enquanto produtos da democracia participativa, possam ser cotejados e postos em perspectiva pelos actores políticos da democracia representativa.

A garantia de acesso por todas as forças políticas do espectro formal da democracia representativa às propostas e reivindicações fundamentadas pelos cidadãos na base do desiderato de responsabilidade social inerente ao modelo aconselha portanto a que se constitua, em sede neutral do poder político do país, uma instância neutral apropriada à constituição de um directório integrador da produção dos Observatórios do Cidadão. Chamar-lhe-emos Observatório da Cidadania, quando colocado sob responsabilidade do Parlamento, por ser nele que se dirimem as questões ideológicas e se produz o ambiente sistémico das políticas integradas do país às escalas multidimensionais do espaço e do tempo em que se inscrevem as vivências quotidianas, onde quer que elas decorram.

A dialógica construtiva entre a democracia participativa e a democracia representativa inerentes à democracia poliárquica passa pela processologia cujo detalhe, expresso no *powerpoint* (<http://www.alfredacruz.net/ws/docs/proj-polit-pub-PT-FR.pdf>) visa um enunciado de partida aberto ao desenvolvimento prático que a experiência vier a consignar e terá por norte a identificação do Contrato Social que resultar da necessidade de ajustamentos da situação presente à complexidade da transição da Sociedade da Informação para a do Conhecimento, que é simultaneamente a do Risco que se deseja susceptível de ser calculado em ordem à sobrevivência do património civilizacional, cultural e ambiental, em que se inserem todos os habitats sociais. Esse é o horizonte de longo prazo do Projecto-Âncora que não perderemos de vista

3. Linhas Gerais do Observatório do Cidadão

O Observatório define-se neste contexto através de uma Plataforma provida duma estrutura de organização distributiva dos conteúdos que incorporam as páginas de entrada dos sucessivos ícones de topo (Início_ Cidadania Social_ Sítio Local de Cidadania_ Observatório do Cidadão_ Grupos-Alvo e Recursos), de modo a que elas possam integrar-se em portefólio correlacionado com todos os referentes dos 5 domínios e subdomínios suportados pela Plataforma.

O domínio central designado por Cidadania Social comporta 2 subdomínios chave - o do Projecto- Âncora designado por Cidadania & Sociedade do Conhecimento (C&SC) e o do Glossário dos termos chave que, vindo embora a integrar o Dicionário de Conceitos do domínio C&SC em registo de conhecimento explícito, cumprirá paralelamente, em registo de conhecimento tácito, o diálogo interactivo centrado na utilização dos enunciados propostos pela equipa de investigação aos utilizadores, no âmbito dos pressupostos explicitados na página de introdução do Glossário.

Em paralelo com o domínio central, os domínios Learn **c3s** e Fórum **c3s**, são assim designados como modo de consignarem a tríade Cidadania_ Capital _ Coesão - sempre no âmbito Social -, no arco dos percursos de formação ao longo da vida suportados no enlace iterativo emergente dos módulos de aprendizagens disponibilizados pelo Observatório (no domínio Learn) e dos debates decorrentes da utilização e da fruição do conhecimento emergente da sua produção e divulgação (no domínio Fórum).

Tais domínios destinam-se pois não só a facultarem módulos de estimulação de comunidades aprendentes de perfil inovador em equação e teste^{vi}, mas também a captarem as correspondentes interações inerentes à criação das comunidades aprendentes centradas nos Grupos-alvo finais e no Grupo de mediadores do Observatório.

Aos conceitos chave de Cidadania Social, Sítio Local de Cidadania e Observatório, aduzem-se pois os de Grupo-Alvo e de Recursos que, no mapeamento do sistema de conceitos, assumem a função nevrálgica da potencial transformação da Sociedade da Informação (decorrente do livre acesso dos indivíduos à descrição das situações experienciadas e dos potenciais riscos que estas comportam) na Sociedade do Conhecimento envolvida na capacidade dos indivíduos colocarem a informação sobre tais situações na perspectiva da participação social no controle dos riscos que elas apresentam e no âmbito do próprio projecto de vida que os torna sujeitos.

É portanto fulcral a categorização dos Grupo-alvo do Observatório, de acordo com os perfis com que os usuários do sítio se apresentam no campo das praxis, a partir das próprias experiências e posturas que os definem.

Partindo da constatação da brecha digital que dissocia em dois conjuntos os potenciais usuários do Observatório, designaremos por Grupos 1 e 2 os que se situam de um e outro lado da referida brecha, no momento de partida para o desenvolvimento das praxis. Assumindo o princípio de que a iliteracia informática indicia outras, designamos como Grupo 1 o detentor deste handicap por o tomarmos como prioritário na perspectiva de inclusão activa maximizada na finalidade referencial do Projecto.

Mas em qualquer dos casos, o Observatório propõe-se assumir a configuração de módulos de formação e de requalificação contínua que tenha por base a identificação dos stocks de conhecimento de que os usuários são detentores, quaisquer que sejam os níveis de que partem, para sobre estes se proporem e contratualizarem modos e vias de aquisição de novos conhecimentos, quer sejam relacionados com as necessidades locais, em termos de participação na equação e resolução de problemas susceptíveis de serem assumidos pelas redes empresarial e institucional do território, quer sejam pertinentes na emergência da Sociedade do Conhecimento e experienciados na relação com os institutos legais e regimentais que lhes sejam adequados.

A identificação de mediadores para garantia do acesso social dos Grupos-Alvo 1 e 2 às potencialidades do Observatório constitui um caso particular desta filosofia, desenvolvida e referenciada na Parte II. Designamos a sua constituição, como Grupo-Alvo 0 por anteceder os que designam os destinatários finais do Observatório. A requalificação de tarefas do sistema institucional para densificar as suas interações com os cidadãos e com as restantes redes, bem como as interações que possam potenciar a coesão social a partir de cada uma delas, é um desígnio a que a Câmara Municipal do Montijo procura corresponder a partir de agora através da criação de uma bolsa inicial de recursos humanos, com a qual a equipa de investigação procurará partir para a investigação-acção que tem por norte a construção de ópticas de mediação adequadas à identificação dos perfis que virão a ser implementados em adequação aos da Sociedade do Conhecimento.

A regra do jogo é portanto a da formação e a requalificação contínuas do capital humano na base do desenvolvimento individual e comunitário, a partir do investimento pessoal na dimensão cognitiva e da aposta institucional na configuração de novos perfis profissionais a prover de certificação adequada, com acolhimento na gestão de projectos em parceria, mobilizadores das forças dinâmicas do Concelho, com a devida participação autárquica.

A formação colaborativa com recurso à estratégia de investigação-acção no domínio da criação de trabalhadores do conhecimento comporta a articulação destes à equipa de investigação através de um projecto de concatenação de ambas as equipas com destino à apropriação de resultados ao longo do percurso do projecto nos mais diversificados campos em que os observadores se situem e do grau de construção dos correspondentes “olhares” - desde os das comunidades científicas e académicas que operam nos contextos da problemática complexa do Projecto à variedade de destinatários finais congregados nas categorias sociais dos seus Grupos-alvo . É neste âmbito que se coloca a reversibilidade das linguagens vigentes nos referidos campos, matéria de investigação a assumir no desenvolvimento do Observatório, com o pressuposto de não subestimar nenhuma delas, antes as correlacionando **através do mapeamento dos conceitos**, na perspectiva de que as fronteiras da Ciência são tanto mais permeáveis ao senso comum quanto maior for a consciência do contributo deste para a responsabilização da comunidade científica perante o universo social a que se destinam os resultados de toda e qualquer investigação.

A reversão dos registos tácito e explícito de produção do conhecimento entre si constitui pois a pedra de toque da criação das bases de dados e de conhecimento apropriáveis pelos diversos usuários do Observatório. O desenvolvimento da bolsa de recursos humanos a partir do investimento da Autarquia nesse âmbito far-se-á portanto no

sentido de valorizar, no âmbito das competências reunidas, as capacidades de inovação susceptíveis de aplicação em campos de sociabilização externalizados de cujas combinatórias derivem conteúdos internalizados na vertente dos projectos específicos da Autarquia, designadamente o da consolidação das redes sociais e institucionais, o da capitalização da memória social e dos projectos emergentes dos mais variados perfis, incluindo os que resultem da narrativa da cidade, das vivências inerentes à dinamização do bem comum através da intervenção cidadã no quotidiano e da configuração de perfis profissionais autárquicos adequados à emergência e consolidação da Sociedade do Conhecimento, a partir da mobilização de todos esses projectos.

4. Um Projecto em desenvolvimento

As questões nucleares da passagem do estado emergente em que o Observatório se encontra para o andamento que pretendemos impulsionar a partir deste evento são pois os da configuração dos Grupos-alvo finais, o da mediação com recurso à formação colaborativa que esta lhes propiciar e o desenvolvimento dos Recursos decorrentes das suas praxis, bem como o acolhimento destas no contexto da diversificação de conteúdos do sítio e dos desenvolvimentos da Plataforma informática.

Metodologicamente este projecto é pois consistente com as estratégias de planeamento “*bottom-up*” e os processos centrados nas pessoas, na medida em que este modelo de investigação-acção, sendo um modelo dinâmico, se centra no envolvimento e na participação interactiva dos cidadãos.

PARTE II

Da Sociedade da Informação à do Conhecimento

1. O saber como recurso diferencial

Na sociedade do conhecimento – onde as organizações evoluem - o recurso económico básico é o saber. As actividades centrais criadoras de riqueza baseiam-se na produtividade e na inovação, ambas aplicações do saber ao trabalho. O saber formal é visto simultaneamente como o recurso pessoal chave e o recurso económico fundamental, sendo hoje em dia o único significativo. Aliás, a melhor aplicação do saber é hoje feita sobre o próprio saber. As escolas e as universidades estão a mudar drasticamente e os factores que vão determinando essas mudanças são as novas tecnologias disponíveis, as exigências de uma sociedade baseada no conhecimento, em que a educação organizada deve transformar-se para os trabalhadores do conhecimento num processo para toda a vida e, finalmente, a nova teoria sobre como os seres humanos aprendem. Aliás esta nova teoria tem de ter em conta o novo ambiente hipertextual (e hipermédia) de produção e fruição intelectual.

O registo, a recuperação e a difusão de mensagens é inerente a todos os processos de informação/comunicação, eles mesmos essenciais à vida em sociedades. E as mutações que ocorrem em tais processos foram e são hoje cada vez mais marcantes na evolução dessas mesmas sociedades.

O conhecimento e a informação são elementos críticos em todos os modos de desenvolvimento dado que o processo produtivo é sempre baseado num certo nível de conhecimento e de transmissão e processamento da informação. Mas, ao longo dos tempos, as formas de gestão da informação e do conhecimento variaram profundamente, sendo certo que o registo, armazenamento, recuperação e transmissão de texto e, posteriormente, de imagem, som e vídeo, sempre foram centrais nesta transformação. Aliás, como refere José Afonso Furtado (2000), ao longo dos tempos, “a escrita parece estar ligada ao problema da administração e às necessidades de uma burocracia” e, reforçando a ideia: “a função das escritas foi de início extremamente prática, ligada ao que virá a ser a gestão do estado” e só muito mais tarde assumiu as funções de conservação da memória social, na sua vertente estética (poesia, epopeia...) ou na sua vertente tecnológica (transmissão de saberes e técnicas).

Assim, escrever e ler tornaram-se actividades fundamentais que dividem os homens: entre os que sabiam (sabem) ou não sabiam (não sabem) cifrar ou decifrar, e que com esse saber detinham (detêm) poder.

Os dias de hoje configuram uma “revolução” mais radical do que todas as anteriores por abranger, pela primeira vez em simultâneo, um conjunto de mutações que até agora tinham ocorrido em separado: nas técnicas de reprodução do texto, na forma ou suporte do texto e ainda nas práticas de leitura (Roger Chartier, 2002). No passado, isso nunca sucedeu: “a invenção do códice no Ocidente não modificou os meios de reprodução dos textos ou dos manuscritos. A invenção de Gutenberg não modificou a forma do livro. As revoluções nas práticas de leitura ocorreram no contexto de uma certa estabilidade

quer nas técnicas de reprodução dos textos quer na forma e materialidade do objecto. Mas, hoje, as três revoluções - técnica, morfológica e material – estão perfeitamente interligadas.”

Inscriver mensagens em suporte material, permitindo o armazenamento e transportá-las, libertando-as desse suporte material durante o transporte... está no cerne da aventura da nossa época. Mas até que ponto podemos dizer que a tecnologia – ou esta tecnologia - induz uma transformação profunda das relações sociais?

A edição electrónica beneficia da grande capacidade de armazenamento de dados, da velocidade de produção e disseminação, da facilidade de actualização e correcção e de cada vez maiores potencialidades colaborativas e interactivas. Por isso são inegáveis as vantagens que oferece face à edição tradicional, quer no se refere à disponibilidade do conteúdo quer à transparência, interactividade, possibilidade de integração e de pesquisa e diversidade de formatos (hipertexto e hipermédia).

Ora a geração de publicações que exploram as capacidades específicas do universo digital, o crescimento exponencial da *Web*, a vulgarização do trabalho em rede e de ambientes hipertextuais questionam a democraticidade do acesso aos benefícios que ela introduz. É neste âmbito que faz sentido ponderar o conceito de brecha digital, ruptura epistemológica fundada na capacidade diferencial desse acesso, permitindo distinguir os info-excluídos em relação àqueles que o não são.

As potencialidades crescentes da *Net* passam pelo hipertexto e hipermédia como resultado da capacidade desta para integrar e organizar documentos em colecções coerentes com referências cruzadas extensas, estáveis e acessíveis. Em consequência disso tornou-se o formato standard para *software* educativo interactivo, livros de texto e documentação técnica, obras de referência e para a própria *Web*. O tradicional tempo linear da narrativa desaparece assim num labirinto sem saída, o começo, o meio e o fim deixam de fazer parte da sua apresentação imediata. Em vez disso, temos opções ramificadas, menus, *link markers* e redes mapeadas.

O ambiente hipertextual, na sua complexidade, tornou-se pois estruturante do nosso espaço intelectual, colocando a exigência de novas competências às sociedades contemporâneas.

As técnicas hipertextuais derivam da conjugação de uma mudança tecnológica com uma epistemológica - do estatuto do texto - justificando que a literacia hipertextual se torne epistemologicamente distintiva no contexto dos usuários da *Net*. Em paralelo, o investimento dos jovens na conjugação do paradigma audiovisual com a “cultura diversão” da sociabilidade dos grupos insere-se numa profunda modificação dos “mundos da cultura”, em particular nas suas instâncias de legitimação e na propriedade do monopólio de classificação de “quem é ou não culto”. Paulatinamente, consagra-se um novo paradigma de “ser-se culto” que já não é sinónimo de “ser-se cultivado” ou de acumular referências próprias à cultura clássica, escolar e patrimonial. Todavia, na crescente indiferença dos jovens face às normas culturais dominantes não é possível ignorar os efeitos da interactividade, do multimédia ou do hipertexto, cuja força cognitiva ainda não sabemos quantificar ou qualificar completamente. Ler num ecrã difere de ler um livro - a velocidade da leitura, o momento das pausas, a duração da concentração, a frequência com que saltamos texto ou voltamos atrás, ...- vão ser

diferentes, e essas diferenças vão ter efeitos no modo como compreendemos e recordamos o que lemos.

Mas enquanto a partilha de informação se faz facilmente em ambiente virtual – sendo responsável pelo extraordinário fenómeno da globalização acelerada da economia mundial – a partilha do conhecimento a distância exige uma resposta localizada que permita potenciar o diálogo, a confiança e a construção conjunta, em ambientes presenciais, estendendo-os depois aos ambientes mediados pela tecnologia, e assim maximizar a disseminação de conhecimentos e a produção em trabalho colaborativo, que resulte em valor para os seus autores, para o resto do grupo e para a comunidade interessada.

Como diz Goman (2002) “Hoje, a colaboração informada é essencial para o sucesso organizacional, e os líderes têm que assegurar que os empregados têm acesso a todos os factos sobre todos os aspectos do seu trabalho, o que requer um maior investimento em programas de educação e desenvolvimento pessoal de forma a que tenham suficiente experiência prática para usar os dados partilhados.”^{vii} Mais forte ainda é essa necessidade quando se pretende partilhar conhecimento, criá-lo colectivamente ou difundi-lo em comunidades mais vastas.

Assim, a orientação assumida no PNACE, de dinamização da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento, pressupõe um forte investimento em programas de educação e desenvolvimento pessoal para que o tecido económico e social se torne apto a usar e a reforçar os recursos a partilhar. Mais: com a disseminação das TICs, não sendo economicamente viável manter um grande número de seres humanos no desempenho de tarefas que, com muito menores custos e maior eficiência, poderão ser desempenhadas pela tecnologia, há que desenvolver e proporcionar aos potenciais desempregados programas de formação contínua e ocupacional que lhes facilite o acesso e o apoio para a mudança de trabalho perspectivada.

Este tipo de programas deve partir de uma identificação das capacidades actuais dos formandos para as amplificar e valorizar face aos diferentes tipos de necessidades do mercado de trabalho (dentro ou fora da organização onde estão inseridos) às quais, com vantagem, poderão responder.

Estão neste caso os diversos tipos de Assistentes e Técnicos de Secretariado, por exemplo. Num Projecto como o Observatório do Cidadão, tais trabalhadores, previstos como grupo-alvo do Projecto de relação das Organizações com os Cidadãos, deverão contribuir para o reforço da memória das organizações que integram. Parte-se, nesse caso, de um perfil profissional que exija raciocínio concreto e lógico, memória com poder de retenção e de reprodução de números, palavras, frases, fisionomias, imprescindível na rotina quotidiana das organizações e experiência de contactos sociais, a vários níveis, um grau elevado de inteligência social e desenvolvida capacidade de comunicação, a par de conhecimentos de informática.

É deste perfil genérico que se parte para a concepção de um programa de formação que se propõe *valorizar* as capacidades de “comunicação, de relacionamento e inteligência social, de adaptação a situações novas, o seu espírito inovador e sentido prático” e, por outro lado, *ampliar fortemente* os seus “conhecimentos de informática” preparando

estes trabalhadores para assumirem um novo perfil de competências como “*mediadores de trabalho colaborativo*”, designadamente nesse âmbito.

2. Das comunidades virtuais às ecologias de informação.

O novo paradigma comunicacional, baseado na colaboração entre sistemas diversificados e ligados através de redes que disponibilizam protocolos de comunicação garante que, consoante as aplicações que se constroem para facilitar a comunicação, se simulem ambientes de relacionamento diversificados: a Internet funciona assim como “uma espécie de *metamedium*” (Furtado, 2000), que permite ouvir rádio, telefonar, ver TV, explorar uma base de dados, fazer um conjunto de cálculos, ler jornais ou revistas, ir buscar uma certidão ou comprar um livro, acompanhar um rebanho por satélite, etc, etc.

Da *e-presence* (apresentação de informação na *Web*, com indicação de contactos) ao *e-commerce* (com transacções comerciais por via electrónica) e ao *e-business* (que já exige a integração de processos, usando a *Web* da procura à oferta, para relacionamento com actuais ou potenciais parceiros na cadeia de valor, e para relacionamento com actuais e potenciais clientes, eventualmente em novos mercados e para novos produtos) e às suas variantes (*e-administration*, *e-learning*), às comunidades virtuais – de aprendizagem, de lazer, de convívio, de interesses e práticas - a modificação é profunda, ainda que com progressos, retrocessos e velocidades desiguais.

Portal de informações ou de conteúdo, portal de negócios, portal de suporte à decisão, portal de trabalho cooperativo, portal de especialistas, portal do conhecimento, portal de informações empresariais, são algumas das variantes orientadoras que, em geral, não se apresentam de forma “pura” mas combinadas.

Como diz Tereza Raquel Merlo (2005), “a Gestão do Conhecimento tornou-se tema privilegiado no universo das preocupações mais candentes de nossa época, principalmente nas duas últimas décadas, devido às amplas possibilidades de processamento, armazenamento e acesso à informação e dados, amparados nas tecnologias de informação e comunicação.”

Manuel Castells (1996) propõe o conceito de sociedade informacional para distinguir “a informação, no seu sentido lato, isto é, como comunicação do conhecimento, que sempre foi um elemento vital em todas as sociedades (...) do termo informacional, que se refere ao atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, processamento e transmissão da informação se tornou a fonte fundamental da produtividade e do poder, em virtude das novas condições tecnológicas que surgem neste período histórico.”

Vivemos em ecologias da informação. Uma ecologia da informação é um sistema de pessoas, práticas, valores e tecnologias num ambiente particular. Nas ecologias da informação o foco não está na tecnologia, mas nas actividades humanas servidas pela tecnologia. A avocação de uma habitação local – um sítio - e de um nome representa a própria essência de uma ecologia da informação.

Numa ecologia algumas das *espécies básicas* asseguram a tarefa de *mediação*, essencial à sobrevivência e desenvolvimento da ecologia face ao ambiente.

3. Criação e disseminação do conhecimento

Assume-se que o conhecimento tácito individual é amplificado ao longo dos quatro modos de conversão do conhecimento (individual – grupal – organizacional – social) até ser cristalizado nos níveis ontológicos mais elevados (organizacional ou inter-organizacional) e que os movimentos entre as modalidades da conversão do conhecimento “são caracterizados por quatro processos: diálogo, *networking*, aprender-fazendo e construção de um campo ou de um clima (*field building*).

Os quatro tipos de conversão e os quatro processos estão intimamente ligados. A exteriorização é provocada através do diálogo ou da reflexão colectiva. A combinação é provocada pelo *networking* do conhecimento criado ou existente nas diferentes partes da organização. A acção ou o aprender-fazendo são os factores-chave da interiorização. Finalmente, a socialização começa com a construção de um campo de interacção que facilita a partilha das experiências e dos modelos mentais dos membros. A criação de conhecimento organizacional, que resulta do funcionamento deste sistema dinâmico, é definida como o “processo que amplifica organizacionalmente o conhecimento criado por indivíduos e o cristaliza como parte da rede do conhecimento da organização” (Nonaka & Takeuchi, 1995).”^{viii}

Compreende-se assim quanto a criação e manutenção de um campo de interacção é crucial para a criação e difusão do conhecimento: segundo esta teoria, os sistemas de conhecimento organizacional só podem funcionar se existir um contexto facilitador, um espaço e um tempo específicos que inclua o espaço das relações interpessoais. O conhecimento criado entre indivíduos tem de ser partilhado, recriado e amplificado através de interacções com outros.

PARTE III

A formação de mediadores de trabalho colaborativo

Os perfis e referenciais de formação dos “trabalhadores do conhecimento” estão ainda muito incipientemente abordados pelo que a avaliação da oportunidade da formação para um potencial perfil de mediadores de trabalho colaborativo terá de seguir uma metodologia adequada a tal precariedade. É necessário

- Produzir conhecimentos sobre a realidade em mudança e estudar os bloqueios à eficácia e eficiência do Trabalho Colaborativo na Sociedade do Conhecimento
- Inovar, inserindo no tecido económico e social novos perfis e novas condições de relacionamento com vista à superação de tais bloqueios

Mas tal não pode ser feito sem a formação de novas competências. E é necessário avaliar se esta formação é adequada no sentido de poder contribuir para o atingimento dos dois primeiros objectivos.

Recorrer-se-á aos resultados obtidos nas disciplinas de *CSCW - Computer Supported Cooperative Work* (Trabalho Cooperativo Mediado por Computador) e *CSCL - Computer Supported Collaborative Learning* (Aprendizagem Colaborativa Mediada por Computador) e, em particular, usar-se-ão como tais ou reinterpretados os conceitos de Argyle e Axelrod sobre a natureza e propósitos da cooperação – reconhecimento externo, desenvolvimento de um relacionamento e partilha de actividades e recursos, benefícios mútuos - o conceito de *zona de desenvolvimento proximal* de Vygotsky – a interacção entre pares (aprendizes) mais capazes e com o professor aumenta a capacidade de aprendizagem e diminui o *gap* entre o desenvolvimento actual e potencial de cada um - e a classificação de *modelos de colaboração* proposta por Butler e Coleman^{ix} para relacionar os modelos de interacção em grupo com o tipo de tecnologias de suporte.

É na escolha das metodologias de aprendizagem – combinando técnicas e tecnologias de CSCL – que se investirá, na medida em que ela permitirá o “vários em um”: aprender a usar as tecnologias, reaprender/valorizar as novas formas de relacionamento a distância, nomeadamente pela Internet, recriar uma rede de relacionamentos (comunidade de mediadores) orientada para o apoio à disseminação e produção do conhecimento.

Remate –Os resultados desta investigação em curso tanto no no “território” *Web* como em práticas decorrentes em território habitado por comunidade locais conduzirá a avaliarmos a pertinência do conceito de capital social em face da sua operacionalidade na Sociedade do Conhecimento, tendo em atenção que esta é simultaneamente a sociedade do risco e a da liberdade de gerar e gerir projectos de vida e de autodesenvolvimento .

A tese de que se parte é que a forma de lidar com o risco não se compadece com a dominância de uma perspectiva securitária, devendo antes passar pelo fortalecimento das dinâmicas de capital social em sede de produção de um *empowerment* que denuncie a perversidade inerente às múltiplas formas de exclusão social que subjazem às formas de violência mais correntes na Sociedade dos nossos dias A cidadania, enquanto

dimensão civilizacional do fortalecimento da autonomia individual e comunitária, tem por horizonte o bem comum e a rejeição da arrogância ou da indiferença pelo próximo. Contra o expansionismo das mensagens que globalizam tais posturas, nomeadamente na *Web*, só a defesa de um capital social consistentemente ancorado numa cidadania activa, responsável e comprometida em todos os campos em que se produza, pode garantir coerência ao investimento da responsabilidade social no exercício da cibercidadania, a partir do exercício quotidiano da responsabilidade cívica na participação cidadã em todos domínios da *res publica*.

A construção do olhar do Cidadão numa sociedade em mutação profunda, com crescente mobilidade dos recursos humanos e fortemente carente de adaptabilidade e inovação, implica que as comunidades em que se inserem possam ter de optar entre gerar ou gerir conflitos de grande violência e vasto impacto, potenciados por fenómenos extremos de exclusão social. O grande desafio é a capacitação dos activos para, aprendendo em exercício, poderem ensinar a aprender e a diversificar percursos e actividades, ganhando ou amadurecendo autonomia (científica, técnica, profissional, cívica, política...), valorizando a investigação e a inovação, reforçando as relações de co-responsabilidade, de cooperação e de solidariedade e os sentimentos de auto-estima colectiva

Se uma “ecologia da informação” designa um sistema de pessoas, práticas, valores e tecnologias imersos num ambiente particular, comportando um sentido da localidade.” (Nardi e O’ Day (1999) as diferentes partes de uma ecologia evoluem de acordo com as relações do sistema, à medida que novas ideias, instrumentos, actividades e formas de experimentação surjam no seu âmbito, porque os aspectos sociais e técnicos de um ambiente se desenvolvem em conjunto. Os mediadores que estabelecem a relação entre o Projecto e os Cidadãos são componentes essenciais das ecologia de informação inerente ao Sítio local de Cidadania

Mediar o desenvolvimento, em larga escala, das organizações em rede, a investigação e inovação em parceria - multi e transdisciplinar, a formação *just in time* para grupos de grande dimensão, a coordenação de políticas a nível transnacional e tantos outros fenómenos económico-sociais da nossa época constituem desideratos que recolocam em foco a necessidade e a metodologia do trabalho colaborativo. A tese que testaremos metodologicamente é a de que um Sítio Local de Cidadania pode pôr de pé a estratégia que permita inovar no caminho da formação ao longo da vida e das várias competências que fazem de um indivíduo um cidadão activo, capaz de observar a realidade com um olhar cognitivamente construído e de observar o seu próprio olhar no reflexo dos olhares alheios, questionando-se e afinando o seu modo de ver. Daí a relevância do Sítio Local de Cidadania na Responsabilidade Social e na capacidade de uma Comunidade Local assumir o território como expressão de Cidadania .

Referências Bibliográficas

- Butler, T. e Coleman, D. (2003). *Models of Collaboration*
http://www.collaborate.com/publication/newsletter/publications_newsletter_september03.html (consultado em 20080906)
- Castells, M. (1996). *The information age: Economy, society and culture. Vol I, The Rise of the Network Society*. Malden and Oxford: Blackwell Publishers.
- Petrella, Ricardo (2003), *O Bem Comum. Elogio da Solidariedade*, Lisboa, Campo da Actualidade
- Chartier, R. (2002). Before and After Gutenberg. A Conversation with Roger Chartier. in *The Book & The Computer*, April 30. (consultado em 20050612)
<http://www.honco.net/os/chartier.html>.
- Cruz, M A. (2008) Do Princípio da Realidade ao Princípio da Possibilidade in *Cidadania & Sociedade do Conhecimento (E-book do Projecto C&SC), Livro I*
<http://www.cidadania-social.net>
- Cruz, M. A. (2004) A Cidadania na Estratégia de Desenvolvimento do Capital Social, *Caderno de Políticas Públicas*, 19, Lisboa, INA.
- Dahl, R. (2000) *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates.
- Goman, C. K. (2002). *Cinco razões pelas quais as pessoas não dizem o que sabem*, Portal KMOL http://www.kmol.online.pt/artigos/200212/gom02_p.html (consultado em 20080906)
- Furtado, J. (2000). *Os Livros e as leituras, Novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e Leitura.
- Magalhães, R. (2005) Uma Noite em Bayswater, in Amaral, Luís [et al.] - *Sistemas de Informação Organizacionais*, Lisboa: Edições Sílabo, 243-272.
- Merlo, T. (2005). O paradigma da gestão de conhecimento: uma questão de enquadramento à cultura organizacional. (consultado em 20080906)
http://www.kmol.online.pt/artigos/200502/pas04_1.html
- Morin, Edgar (1986), *O Método III. O conhecimento do conhecimento*, Lisboa: Europa-América.
- Moro, G. (2000), *The Citizen's Side of Governance*, *INA Congress 19/20*. 11. 2001, Lisboa.
- Nardi e O' Day (1999) *Information ecologies. Using technology with heart*. Cambridge and London: The MIT Press.

Nonaka, I., Takeuchi, H. (1995). *The knowledge creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation*. N. York: Oxford University Press.

Petrella, Ricardo (2003), *O Bem Comum. Elogio da Solidariedade*, Lisboa, Campo da Actualidade.

Ventura, T. (2005). Sistemas de Informação e estratégias organizacionais: o impacte das redes, in AMARAL, L. [et al.] - *Sistemas de Informação Organizacionais*, Lisboa: Edições Sílabo, 2005, 487-526.

Ventura, T. (2007). *Formação de Mediadores de Trabalho Colaborativo - um Projecto de Investigação – Acção*. (consultado em 20080906)

<http://lisboa.umoderna.pt/cmsimages/Image/pdfs/projinvest/medtcolab.pdf>

ⁱ O registo do evento traduz em discurso indirecto o discurso directo produzido no Grupo de Discussão que, em 17 de Junho de 2008, reuniu com as autoras a Sr^a Dr^a Elayne de Moura-Braga da Universidade de Lyon e a Sr^a Vereadora da Câmara Municipal de Montijo Maria Clara Silva. São chamadas ao texto as notas que permitam aprofundar os argumentários de Alfreda Cruz_Parte I_ e Tereza Ventura_Parte II e III.

ⁱⁱ Professores Paulo Machado, Luísa Schmidt e João Vasconcelos Costa

ⁱⁱⁱ Gestão de Projectos em Parceria cuja Comissão Científica foi integrada em 2004 pelo Professor Luis Moita, Vice-reitor da UAL, pelo Prof. Paulo Machado então Coordenador do Núcleo de Estudos Sociais do LNEC por Maria Alfreda Cruz, então promotora do actual projecto, em regime sabático no âmbito do Departamento de Investigação e Desenvolvimento do INA.

^{iv} Sintomaticamente expresso na parceria constituída pela Câmara Municipal de Montijo com a Fundação da Universidade de Lisboa, para a criação de um Centro de Saberes em Montijo no início do século XXI que, em nosso entender é passível de se aproximar do conceito das Universidades Populares impulsionadas na I República e cujo lançamento em Setúbal se ficou a dever à iniciativa de Bento de Jesus Caraça, no âmbito da sua actividade em prol da articulação entre Ciência e Cidadania como substrato da Cultura Integral do indivíduo, conceito que retomaremos em Glossário

^v Anexo 5 dos constantes do E-book _Livro III acessível através dos Recursos Cognitivos

^{vi} Bolsa de Recursos Humanos constituída pela Câmara Municipal de Montijo para a produção de informação de base local em registo de autoformação em exercício conectada à equipa de Investigação, na vertente da investigação-acção